

DAS HERANÇAS E DIMENSÕES HISTÓRICAS AO PANORAMA EDUCACIONAL DO BRASIL NO SÉCULO XX.

GEMA GALGANI DA FONSECA *
GERALDO INÁCIO FILHO **

Entre caminhos e descaminhos, que ora impulsionaram e levaram o homem descobrir, crescer e evoluir, ora limitaram e acarretaram a esse mesmo homem perdas, crises e estagnação, evidencia-se o indivíduo sendo impelido a buscar novas formas de adaptação e possibilidades de mudança. Reconhecemos que “nós” tanto como integrantes desse processo, tanto como educadores que lutam por uma nova postura, estamos sujeitos às forças e ações coercitivas demandadas pelo Estado que tende a pré-determinar e direcionar a vida social. Contudo, explicita-se que as lutas e conquistas do ser humano não se restringem à superação de um único problema, porque é na compreensão dos determinantes políticos-econômicos-sociais e históricos e aquisição de elementos para lidar com essa problemática que os homens, e em especial os educadores, conseguirão organizar novas formas de pensar, de se relacionar e de viver.

Daí, o sentido de procurarmos entender o porquê de certos momentos históricos, quando por exemplo, o “bom educador” era aquele tido como o dono do conhecimento, que tudo sabia e falava e o aluno tinha de ser obediente, totalmente ouvinte e reproduzidor do saber exposto pelo professor. Ao contrário de hoje, quando o “bom educador” é aquele que prima pela troca de experiências, pelas discussões e análises dos conhecimentos, em que ambos(educador/educando) trabalham para a configuração e construção de um novo saber.

Aqui e por isso então, tomamos nosso ponto de partida, porque é o caminho que escolhemos, que encontramos subsídios e sentido para buscar fundamentar e justificar nosso estudo. Que como a história, seja um estudo que tente resgatar entre os vestígios do passado e as perspectivas futuras, a compreensão dinâmica das necessidades presentes e que como educadores-pesquisadores consigamos apreender além de nossos preceitos, concepções e valores, pois só assim conseguiremos romper com a visão de docente educador e buscar a visão de docente educador-aprendiz.

Após duzentos e dez anos (1549 a 1759), segundo AMADO (1961, p.57), as linhas mestras da educação foram comandadas quase unicamente pelos jesuítas, constituindo com isso os marcos do período do Brasil-Colônia. A Primeira República também denominada República Velha (1889 a 1930) compreende desde o fim do Império (1822 a 1889) caracterizando ainda a influência do clero na educação às primeiras décadas do século XX quando a educação passou a servir como um motor para o progresso.

Um quadro de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais se proliferou por todo o Brasil, onde a passagem do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial¹ desencadeou mudanças significativas na compreensão da sociedade e das relações entre os homens. Visto que tais transformações e mudanças ocorreram de formas desiguais, a educação é tida como um dos elementos do subsistema

* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia.

** Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Sócio Fundador da Sociedade Brasileira de História da Educação. (gfilho@ufu.br)

¹. Devido aos índices de urbanização e industrialização ainda serem baixos, a introdução do trabalho assalariado e a grande imigração desencadeou-se a caracterização da educação para o ócio, ou seja, o intuito era preservar a velha educação acadêmica e aristocrática e oferecer uma educação que a sociedade exigia, de pessoas dóceis, submissas, alienadas e acrílicas fortalecendo com isso, as relações de dominação e manutenção do poder das elites, onde a Igreja e as escolas confessionais desempenhavam ainda as funções de reprodução ideológica desse processo (FREITAG, 1986, pp. 46-49).

cultural-capitalista com padrões de organização social e regras de conduta, e ao mesmo tempo surge como possibilidade e necessidade de repensar as formas de pensamento e realização escolar. Dos questionamentos e discussões da educação brasileira identifica-se nos anos 1910 e 1920 duas correntes de pensamento, o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. Assim

[...] de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo).

(NAGLE, 1974, pp. 99-100).

Contra a crença ideológica-ingênua da educação retratada historicamente, tais movimentos evidenciaram uma otimização do sistema educacional como ponte para a civilização, ou seja, através da escolarização atinge-se o instrumento mais eficaz para a evolução da história, da ciência, da tecnologia e da indústria. Neste contexto, destaca-se dos anos 1920 e 1930 a época dos Pioneiros da Educação Nova e das grandes reformas de ensino, quando então começa-se a negar formas conservadoras de educação e tenta-se buscar mudanças mais condizentes com a realidade brasileira (processo de modernização). Porém, toda essa concepção desenvolvimentista da história baseada nos princípios democráticos-liberais-sociais não conseguiu ultrapassar os limites do idealismo educacional, pois o que se verifica é que o movimento dos educadores inspirado nos modelos dos países europeus e americanos não se traduziu em realizações, visto que seus projetos estavam descontextualizados e “ignorantes” das determinações políticas-econômicas e sociais da realidade brasileira.

Neste cenário, dentre notáveis educadores (Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquete Pinto) que contribuíram significativamente para os rumos da educação, destaca-se Fernando de Azevedo, um liberal elitista numa sociedade que não era liberal e que pensou a educação num caráter dualista. Na tentativa de silenciar as vozes que surgiam, concebeu um sistema educacional brasileiro embasado na relação entre escola e sociedade, assim o propósito era de, semelhante à França, estabelecer um sistema primário para a classe trabalhadora e um sistema secundário superior para a elite. Contudo, a ação desse intelectual é reformista no sentido de modernizar a sociedade, mas “reformatar” para manter o controle da elite, pois, ele analisa a educação como protagonista do processo, não conseguindo com isso realizar outras interpretações que não favoreçam o seu contexto.

De uma série de revoluções e movimentos sociais, políticos e econômicos que estavam ocorrendo, juntamente com a crise de superprodução cafeeira no Brasil, evidencia-se segundo FREITAG (1986, pp.46-49) a crise econômica mundial de 1929 que provocou a queda de nossas exportações e destruição de nossas reservas de capital. Onde o Estado, através do fortalecimento das instituições da sociedade política e da importância dada aos aparelhos jurídico e repressivo vai servir como mediador do processo econômico. Face às tentativas de rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica (senhor-escravo) emerge a Revolução Brasileira de 1930 quando surge outro tipo de exploração (capitalista-proletário).

Podemos caracterizar ainda, um segundo período na história da organização educacional no Brasil, ou seja, a fase de 1930 a 1945, momento pelo qual Getúlio Vargas permaneceu na Presidência da República, sendo que nos primeiros anos contou com o apoio do movimento tenentista (militares) e da classe burguesa (hegemônica) que precisava se impor, já que via suas bases de sustentação ameaçadas (FREITAG, 1986,

pp.49-54). Entretanto, não conseguindo lidar com os interesses políticos-capitalistas-burgueses, a ação do governo se mostrou dúbia e negligente em relação ao desenvolvimento industrial, provocando com isso período de grande instabilidade. Em 1937 ocorre a implantação do Estado Novo com traços ditatoriais, quando então, a sociedade política invade áreas da sociedade civil e coloca-as sob o seu controle.

Temos com isso, uma tomada de consciência da importância de uma conjuntura crítica (Sociedade Política) e do sistema educacional (Força Estratégica) para assegurar e consolidar as mudanças tanto na infra como na superestrutura. As indústrias passaram exigir mais treinamento para o trabalho com as máquinas, ou seja, pessoas que fossem capazes de lidar e operar com todo o maquinário que estava sendo demandado pelo processo de industrialização.

Por essa razão o Estado passa atender os interesses e necessidades das empresas, onde através da educação assume o treinamento da força de trabalho: “chance generosa de aprendizagem”, já que não era mais preciso mão de obra para a plantação de café. Neste momento a educação é posta como o instrumento mais eficaz de manipulação das classes subalternas.

Conforme FREITAG (1986, pp.54-59), ainda como parte do Segundo Período destacamos os anos de 1945 a 1964, ou seja, a 2ª Fase desse recorte histórico, período pelo qual evidencia-se a aceleração do processo industrial no Brasil e, por conseguinte, a ocorrência do êxodo rural, expansão do ensino (setor público e setor privado privilegiados)², discussão sobre o papel representado pelo Estado populista desenvolvimentista, surgimento do capital estrangeiro, pressões e conflitos das massas e o delineamento de uma nova polarização, ou seja, a tendência populista (Estado, e alguns intelectuais de classe média) e a tendência antipopulista (burguesia nacional). Destarte, dos debates travados em torno da política educacional é gerada uma nova realidade, onde a organização do Sistema de Ensino se deu através da criação da primeira LDBEN³ no Brasil, que do seu anteprojeto (novembro de 48) só foi efetivada 13 anos depois (dezembro de 61) resultando na Lei 4.024.

Desta forma, a escola brasileira reproduziu a ideologia da igualdade onde a educação se configurou como direito e dever de todos e serviu como auto-motivação para a escolarização da classe trabalhadora. Esta foi contudo frustrada, já que era a escola que respondia pelo seu fracasso e pouco se levava em conta a questão das oportunidades e inserção social. Então, a “educação como negócio” assim estabelecida, que relegava à classe subalterna os cursos profissionalizantes e à elite as vagas na universidade, provocou uma enorme pressão sobre as Instituições de Ensino Superior e uma acentuada inadequação do Ensino Profissionalizante Médio.

Por conseguinte, falando sobre a organização do sistema educacional no Brasil destacamos a última referência caracterizada por FREITAG (1986, pp.60-79), ou seja, o recorte histórico de 1964 a 1975, período pelo qual as contradições e impasses sobre a sociedade e a vida do homem chegaram a tal ponto que, tornou-se necessária a redefinição

²-É promulgada a Constituição de 1946 que fugindo à inspiração da doutrina econômica liberal dos séculos anteriores e diferindo da Constituição de 1937 (o direito e os recursos mínimos à educação não foram explicitados), se aproxima muito da Constituição de 1934 (princípios proclamados pelos pioneiros) constituindo-se assim um documento de inspiração ideológica liberal democrática que, opondo-se às forças que ainda estavam presentes do Estado Novo (a Justiça, a Política, a Igreja) busca incorporar os princípios do Liberalismo (Liberdade de trabalho, de educação, de expressão, de ideais) (ROMANELLI, 1991, pp. 169-170).

³-Mesmo contendo elementos populistas e preconizando a escola neutra que tratasse todos de maneira igual, a LDB refletiu contradições, ambigüidades, conflitos e acarretou poucas mudanças na realidade educacional, visto que se observou um ajustamento imposto pela base econômica da sociedade (empresas empregatícias, sistemas de relações conjugais). Com isso, a lei procurou, de acordo com os princípios ideológicos valer-se da educação como um canal de mobilidade e ascensão social onde ilude a classe subalterna institucionalizando chances formalmente iguais, mas factualmente inexistentes já que a desigualdade está profundamente arraigada (educação diferenciada para as elites e para classe trabalhadora) (FREITAG, 1986, pp. 46-79).

do desenvolvimento industrial-econômico-tecnológico e administrativo e com isso novas formas de controle social e político. A burguesia nacional divorciada dos seus antigos aliados, ou seja, a classe subalterna que foi excluída de qualquer participação política ou econômica (votos, greves, movimentos reivindicatórios) se liga às multinacionais para o compartilhamento dos lucros gerados e se apropria dos mecanismos do Estado para o controle e dominação⁴.

Na área educacional especificamente, o que se verifica é que o debate sobre os rumos desse campo do saber foi altamente reprimido, influenciando e limitando o papel dos educadores aos limites traçados pelo Estado, onde estes tidos como *trabalhadores sociais* pouco sabiam da sua posição política e de classe em relação à sociedade e aos homens que estavam se formando. Com isso, constata-se que o professorado brasileiro neste período foi atropelado por um movimento antagônico e conflitivo. Pois de um lado estava os princípios proclamados pelo Estado com o movimento de alfabetização, de reforma do ensino de 1º e 2º graus, de redefinição do papel e melhoria da Universidade⁵, e de outro anecessidade e urgência de perceber o discurso político em questões como Centralização-Descentralização do Ensino, Relação entre Família-Estado e Ensino Público-Privado.

Neste sentido, a bandeira de luta contra a formação do especialista no professor (preconizado por Chagas) era a de que, a formação do pedagogo deveria propiciar ao educador, quer seja a formação do especialista, quer seja a do professor. Lutava-se, também, para que na universidade e na sociedade, a educação fosse convertida em preocupação precípua, o que historicamente não ocorria e ainda não ocorre, sobretudo, pela desvalorização social da profissão do professor, pela falta de atenção ao real significado da educação e da essência da Pedagogia, e pelo descaso dos governantes às políticas educacionais.

(BRZEZINSKI, 1996, p.16).

É nesse contexto que a educação é impelida a entrar e se atrelar ao projeto de desenvolvimento econômico-social da burguesia, onde os princípios norteadores da formação do indivíduo foram centrados nas questões da eficiência e da produtividade (Cursos Profissionalizantes, Técnico Agrícola, Científico-Vestibular). Quando então, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho em 1978 sustou as indicações do CFE estimulando as Faculdades de Educação das Universidades Públicas para reverem os Cursos de Pedagogia. Foi assim que as intenções do MEC através da Lei n.º 5.692/71 com os princípios de igualdade de oportunidades, de equidade das escolas, dos ideais de formação via qualificação para o trabalho e inculcação da ideologia dominante, caíram por terra, visto que no final dos anos 1970 emergiam os questionamentos sobre a educação e a cultura como aparelhos ideológicos do Estado. Assim, a partir da Segunda

⁴. Particularmente, no que se refere ao Golpe de 1964 quando a influência das Forças Armadas e dos Militares foram utilizadas para o emprego da ideologia da ordem e segurança nacional, evidencia-se novamente uma educação configurada como mecanismo e a serviço dos interesses econômicos-capitalistas-dominantes, daí a necessidade de calar, exilar e torturar as vozes que ousassem falar, criticar ou contestar o modelo vigente (FREITAG, 1986, pp. 73-79).

⁵. Na Reforma do Ensino Superior podemos encontrar desde o convênio MEC-USAID (Reforma baseada no modelo universitário americano) que situava o problema educacional na estrutura de dominação (Do Golpe de 64 à urgência resultante de disciplinar os estudantes), ao anteprojeto-Lei n.º 5.540 que visava o aumento de matrícula do ensino superior (Decreto-Lei 405, 31/12/1968, e 574, de 08/05/1969) e a contenção do protesto estudantil (Decreto-Lei 477, 11/02/1969). Assim, da criação da Lei n.º 5.540, 28/11/1968 que fixava normas e procedimentos para a organização do ensino superior ao Decreto n.º 68.908, 13/07/1971 que dispôs sobre o Concurso Vestibular (previa o vestibular classificatório-eliminar o problema jurídico dos excedentes) verificamos mais uma vez os agentes do processo (estudantes e professores) separados da política de organização e redefinição do ensino (assunto de gabinete) (ROMANELLI, 1991, pp. 197-229).

metade do Século XX a crítica à educação e à escola se acentuou. O otimismo pedagógico do começo do século foi substituído pela crítica radical das teorias crítico-reprodutivistas.

Instaura-se, então, toda uma polêmica ao longo dos anos 1980 momentos quando a sociedade parte para discussões sobre a questão do autoritarismo, da democracia, da participação do indivíduo e do sentido e papel da educação. Quando também surge a necessidade de não deixar mais o Estado agir livremente e a urgência de novas críticas e posicionamentos frente às determinações políticas-econômicas-sociais e históricas que estavam se configurando com o advento das idéias neoliberais no Brasil. Paralelamente à acentuação da crítica à educação, às escolas e à formação do indivíduo surgem os movimentos organizados de educadores quando originou a ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), desencadeando por todo o país a organização de Comitês Pró-Formação do Educador onde o destaque educacional foi amplamente polarizado pela busca da identidade da educação e do educador.

O debate educacional se estende por uma arena de conflitos e posicionamentos antagônicos, pois o que se verifica é uma questão de crise e perplexidade quanto às teorias e/ou paradigmas pedagógicos. Quando então, os Comitês de Pró-Formação do Educador não dando conta das divergências entre os intelectuais e representantes do MEC possibilitaram a criação da CONAROFÉ (Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador). Assim, se por um lado, a comissão motivou a realização de encontros e seminários por todo o Brasil rompendo com a inércia dos educadores e despertando-lhes para discussões e inovações, por outro lado, a implementação da CONAROFÉ caracterizou-se em momentos de muitos conflitos e divisões. Pois, face à moderna sociedade capitalista que se engendrava, o processo de divisão do trabalho acabou forjando e marcando o distanciamento das posições e contribuições de alguns educadores em detrimento de outros ⁶.

Já, nos anos 1990 temos com o governo Collor a implementação dos princípios neoliberais no Brasil, momento pelo qual é contestada a ação intervencionista do Estado e ocorre a defesa de seu enxugamento através das privatizações. O eixo norteador do pensamento neoliberal é o princípio da liberdade individual, ou seja; proclama que todos os indivíduos tem que obedecer uma certa equidade e para isto a Educação é colocada numa função formativa, e também terem as mesmas oportunidades e liberdade para atuação participativa nos campos econômico-social e cultural. O Liberalismo impõe ao indivíduo que ele esteja atento o tempo inteiro, onde reforçando-lhe a ação busca inculcar e estabelecer um tipo de cidadania representada pelo princípio de democracia, e com isso a ideologia pressuposta é a de garantir que todos estejam no poder.

Observamos que defensores dessa corrente de pensamento teorizam que os liberais não desprezam as diferenças individuais, mas postulam que independente destas, todos precisam ter as mesmas condições as quais são relegadas à responsabilidade do Estado, pois só assim este deixaria de se colocar como um entrave na vida do indivíduo e no desenvolvimento da sociedade. Todavia, face aos determinantes políticos-econômicos-históricos e sociais da conjuntura atual deparamo-nos com um projeto de sociedade que não tomou por base essas dimensões, pois o que se verifica é que a meta dos

⁶. É visto que em grande parte além de criticar e abrir o leque para novos questionamentos, a maioria dos estudiosos cientistas-pesquisadores não deram conta de responder eficazmente aos problemas educacionais, ou seja, não conseguiram propor soluções superadoras da realidade vigente e dentro das possibilidades e necessidades desse contexto. Destacam-se alguns pensadores que marcaram significativamente essa trajetória histórica, dentre eles: Paulo Freire - contribuição decisiva à concepção dialética de educação; Carlos Brandão - desenvolvimento da distinção das diferentes "educações"; Florestan Fernandes - criação de um novo estilo de pensar a realidade social; Rubem Alves - reflexão sobre o Educador como ser vivo, amoroso, alegre, criativo; Antônio M. de Rezende - concepção fenomenológica sobre a valorização do discurso na educação; Darcy Ribeiro - desenvolvimento dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública); Dermeval Saviani - orientação e implementação de grupo de quadros (Estudiosos) aos cursos de pós-graduação, dentre outros (GADOTTI, 1995, pp. 234-237).

neoliberais é a de criar um tipo de intervenção mais autoritária e violenta, visto que é delegado ao Estado o papel de regulador das implementações jurídicas e de repressor daqueles que se mostram insatisfeitos e incapazes de responder aos desafios do mercado.

É neste contexto que a Educação é desnudada e apresentada como instrumento fundamental para o processo de formação de indivíduos globalizados, quando nos confrontamos mais uma vez com o ranço cultural da reprodução das relações de dominação, que via um Sistema Educacional dito libertário e justo identificamos no contexto brasileiro uma concepção dualista e classificatória. Ou seja, a questão da educação se estabelece entre os espaços e fronteiras das Escolas para trabalhadores e dirigentes e das Escolas para a elite, disseminando assim as relações quanto à posição social do indivíduo, quanto a qualidade e quantidade do ensino presentes na formação do indivíduo.

Diante de toda a problemática que envolve a sociedade e o homem no final do século XX, com as necessidades de quebrar e romper com a ordem estabelecida e urgência de transpor e avançar os conhecimentos, a Educação assume papel coadjuvante neste processo de busca, desafios e transformações. Assim, o interesse pela Educação por parte da sociedade engloba desde os órgãos do governo, entidades científicas, empresas privadas aos grupos organizados nas áreas da política, da administração, da profissionalização, etc. Contudo, face aos diferentes e divergentes interesses dos representantes da sociedade capitalista e dominante verifica-se que, a Educação é empregada como instrumento veiculador da adequação e preparação dos indivíduos globalizados, tão necessários às demandas do sistema econômico-político e social brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, observamos que ao longo da história da educação no Brasil, tanto a sociedade quanto os homens nela inseridos têm passado por várias formas de organização social-política-econômica e cultural, onde o Estado de mero espectador, destituído de poder e autonomia se tornou a peça-chave, para implementação da sociedade capitalista-burguesa. Com isso, assistimos uma polêmica a se alastrar por todo o país tendo como elementos propulsores problemas dos mais diversos, tais como; a violência, a fome, o desemprego, a carência de recursos e apoio aos programas de saúde e habitação, o controle das empresas multinacionais, a questão da dívida externa, a competitividade, o achatamento salarial, a corrupção, a discriminação social e racial, a crise na educação, dentre outros.

Realizada essa retomada das heranças, restos e tradições que se perpetuaram com a história da educação no Brasil, discorreremos sobre algumas épocas específicas que foram de fundamental importância no desenvolvimento educacional do século XX, maneira pela qual apresentamos e integramos os caminhos calcados pela Educação com o papel e prática pedagógica exercida pelo educador ao longo dos anos. É neste contexto que partimos para a importância e urgência do profissional docente do século XXI se atentar para a questão das transformações e desafios, contudo defendemos que essas mudanças e avanços só serão viabilizados na medida que ele conseguir lidar com os determinantes políticos-econômicos-culturais e históricos.

Da importância e contribuições deixadas pelos pensadores e estudiosos dos séculos anteriores às descobertas e desafios propostos pelos cientistas e pesquisadores contemporâneos, apreendemos e defendemos que as transformações necessárias ao desenvolvimento e evolução da sociedade e do homem estão intimamente articuladas com uma verdadeira mudança de posturas e concepções político-filosóficas e educacionais. Estas, por sua vez pressupõem maneiras diferenciadas e desafiadoras de perceber, acatar e compreender a dinâmica da organização, formação e preparação do

indivíduo para o meio social e para a vida, momento pelo qual o Educador assume papel imprescindível na luta para desafiar e romper com a ordem vigente, como também cabe a este profissional adquirir conhecimentos técnico-pedagógico-políticos e humanos pois só assim conseguir-se-á desenvolver uma prática coerente e comprometida.

Também de suma relevância no estabelecimento dessas relações tão imbricadas e complexas entre Homem-Sociedade e Educação é a importância e significado da atividade do Educador, onde este se posicionará como ser político ciente do seu papel e de suas possibilidades de atuação, ou seja, ao profissional docente do novo milênio cabe compreender e aceitar que a essência de seu trabalho estará sempre permeada por conflitos e tensões. Assim Educadores e Educandos hão de se atentar e se articular com a importância e necessidade de se fazerem sempre Educadores-Aprendizes percebendo e concebendo que o valor de um novo conhecimento nos reporta diretamente à urgência de outras possibilidades e maneiras de olhar o mundo. Daí a importância de buscarmos ser capazes de abdicar das nossas concepções e posturas costumeiras e seguras em prol da disponibilidade de desafiar e ousar frente às transformações e necessidades demandadas pela realidade atual, pois só assim conseguiremos adquirir mecanismos de luta e lidar com os determinantes dessa sociedade política-capitalista e dominante.

Um dos referenciais importantíssimos nesse processo de busca e crescimento implica começar e responsabilizar-se a partir da nossa própria prática pedagógica... Como homens passíveis para apropriação da razão e gosto(prazer) tanto pelo que se faz quanto pelo que se pretende fazer, assim todo esforço será válido, desde que possamos responder sério e comprometidamente pelos caminhos, pelas escolhas e pelas falhas acarretadas.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, W. (1991). O ensino colonial pré-pombalino no Brasil - 1549-1759. Educação e Filosofia, Uberlândia: 5-6 (10-11), jan-dez, pp. 57-58.
- AZEVEDO, Fernando de. (1963). Prefácio da 3ª Edição. In: A Cultura Brasileira: Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. Brasília: UNB, pp. 21-27.
- BRZEZINSKI, I. (1996). Formação de Professores: Um desafio. Goiânia: UCG.
- BUFFA, E. & NOSELLA, P. (1991). A Educação Negada: Introdução ao Estudo da Educação Brasileira Contemporânea. São Paulo: Cortez.
- CAPANEMA, G. (1974). Documentos da Educação Brasileira. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília:60(134), pp. 253-274.
- COELHO, I. M. e outros (1987). Formação do educador: a busca da identidade do curso de pedagogia. Brasília: INEP, (série Encontros e Debates,2).
- FERNANDES, F. (1989). O Desafio Educacional. São Paulo: Autores Associados.
- FREI BETO. (1996). Neoliberalismo - a nova face do capitalismo. Revista de Educação AEC. Brasília, nº 100, p. 13-23.
- FREITAG, B. (1986). Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Moraes.
- GADOTTI, M. (1995). História das Idéias Pedagógicas. São Paulo: Ática.
- GENTILI, P. & SILVA, T. T. (org.) (1994). Neoliberalismo. Qualidade Total e Educação: visões críticas. Petrópolis: Vozes.
- IANNI, O. (1986). O professor como intelectual: cultura e dependência. In: FISCHMANN, R. (org.) Universidade, escola e formação de professores. São Paulo: Brasiliense, pp. 39-49.
- MACIEL, M. (1987). Educação e Liberalismo. Rio de Janeiro: José Olympio, pp. 03-68.
- MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. (1990). In: GHIRALDELLI